

“VOCÊS ESTÃO OUVINDO?”: desafios de um doutorando em contexto de pandemia da covid-19

THE CHALLENGES OF A PHD STUDENT IN THE COVID-19 PANDEMIC

João Kaio Cavalcante de Moraes¹- IFRN

RESUMO

O ensaio tem como objetivo refletir em torno das vivências teórico-práticas de um estudante de doutorado matriculado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), no contexto da pandemia da COVID-19. Como consequência do período pandêmico, o ensino nas instituições de educação superior do mundo inteiro começou a ser desenvolvido de forma remota e emergencial. Somado a essa questão, o IFRN passou por um processo de gestão *pro tempore*, no ano de 2020, que ocasionou consequências pedagógicas para o ensino remoto. Assim, os resultados do ensaio apresentam reflexões em torno dessas questões, sinalizando que se faz necessário investimento em educação pública, gratuita, laica e estatal para conseguirmos superar esses e outros desafios da contemporaneidade, sejam eles decorrentes das esferas da saúde pública ou da própria política local.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19; Ensino Remoto Emergencial; Doutorado

ABSTRACT

The presented academic essay aims to reflect on the theoretical and practical experience of a doctoral student from the Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). The reflections described in this academic essay are the results of the COVID-19 pandemic moments at the IFRN. In addition to the Pandemic, the IFRN went through an undemocratic period in the year 2020, when the President of the Republic Jair Messias Bolsonaro appointed an interventor as rector. The results of the academic essay present these reflections and show that we need public investment to be able to go through a period of pandemic and full democracy in higher education institutions.

KEYWORDS: Covid-19; Emergency Remote Learning; Doctorate

DOI: 10.21920/recei72022827837851
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72022827837851>

¹Doutor em Educação (PPGEP/IFRN), professor efetivo da Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (SEEC-RN); E-mail: kaio-ca-valsante@hotmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6984-3629>.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio tem como objetivo refletir acerca das vivências teórico-práticas de um estudante de doutorado matriculado no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), no contexto da pandemia da COVID-19. Essa doença, ocasionada pelo vírus Sars-CoV-2, infelizmente, foi responsável pela morte de milhões de pessoas ao redor do mundo. No caso do Brasil, milhões contraíram o vírus e desenvolveram a doença, o que resultou em milhares de mortos e sequelados nos anos de 2020, 2021 e 2022.

No contexto das medidas contra a proliferação e disseminação do vírus, a maioria dos governantes das unidades federativas decretaram medidas de isolamento, distanciamento e fechamento (físico) dos comércios e da indústria no decorrer de 2020 e 2021. O conjunto dessas ações ficou conhecido popularmente como *lockdown*. Apesar disso, o governo federal, na figura do Presidente da República, o senhor Jair Messias Bolsonaro, estimulou aglomerações e indicou medicamentos comprovadamente ineficazes para o tratamento da COVID-19.

No que diz respeito à educação escolar, destacamos que, por falta de uma orientação nacional centralizada, coube às secretarias estaduais e municipais de educação, bem como às instituições de ensino, viabilizarem medidas de enfretamento à COVID-19. Dentre essas instituições, chamo a atenção para o IFRN, tendo em vista que estou matriculado e recebendo formação em nível de doutorado acadêmico desde maio de 2019 nesse espaço institucionalizado de educação e ensino.

Em consonância com o Decreto nº 29.512, de 13 de março de 2020, que dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus no âmbito do Poder Executivo do estado do Rio Grande do Norte (RIO GRANDE DO NORTE, 2020), o IFRN publicou a Portaria nº 501/2020-RE/IFRN, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a suspensão das atividades presenciais acadêmicas e administrativas em todas as unidades do IFRN, a contar do dia de sua publicação, por tempo indeterminado (IFRN, 2020). Essa foi a primeira de muitas outras portarias e orientações acerca da pandemia da COVID-19 publicadas pelo IFRN.

Somado aos problemas da COVID-19 e do cancelamento do calendário acadêmico no primeiro semestre de 2020, o IFRN ainda vivenciou um período democrático turbulento, tendo em vista que o reitor José Arnóbio de Araújo Filho, eleito democraticamente pela comunidade escolar em 2019, não foi nomeado pelo governo Bolsonaro. De forma arbitrária e contraditória, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) nomeou o professor Josué de Oliveira Moreira, mesmo sem esse ter pleiteado na eleição institucional.

Esse processo, que compreendemos como antidemocrático, foi um fator agravante para a comunidade acadêmica do IFRN, posto que esta, majoritariamente, não aceitava um reitor *pro tempore* que não participou do pleito em 2019. Destaco no âmbito da introdução que essa gestão foi incapaz de dialogar com a comunidade escolar no sentido de construir um projeto de ensino remoto emergencial em 2020, posto que o discurso governamental e do próprio reitor em exercício centrava-se no ensino presencial, mesmo com os índices pandêmicos altos naquele período.

Sendo assim, o presente ensaio apresentou reflexões em torno da pandemia da COVID-19, bem como do processo antidemocrático vivenciado pela comunidade escolar que constitui o IFRN, tendo em vista que ambos os momentos impactaram diretamente no desenvolvimento pedagógico e humano dos estudantes de qualquer nível, etapa e/ou oferta educacional da instituição, o que engloba a minha vivência no curso de doutorado. Compreendo que discorrer

sobre processos formativos enquanto milhões de pessoas morreram e continuam a morrer no mundo não é tarefa simples, entretanto, preciso refletir e resgatar as memórias dos momentos difíceis na tentativa de crescer enquanto estudante, profissional e ser humano.

Chamo a atenção que, no decorrer do ensaio, os aspectos da subjetividade serão pontos cruciais na construção do texto, entretanto, não os desvincularei da realidade objetiva, da prática social e de suas contradições. A pandemia da COVID-19, na minha compreensão, escancarou a relação indissociável entre a subjetividade e a objetividade. A tentativa de se manter minimamente estável emocionalmente esteve vinculada à prática social e aos condicionantes sociais, políticos e econômicos em que estávamos vivendo. Ou seja, não é possível refletir acerca do meu processo formativo no curso de doutorado durante a pandemia da COVID-19 sem vinculá-lo aos mecanismos de condução e medidas de enfrentamento advindas do governo Bolsonaro, por exemplo.

É preciso esclarecer que escrevo este ensaio no último trimestre de 2021. Somente hoje, dia 22 de outubro, o número de mortos pela COVID-19 foi de 451 (quatrocentos e cinquenta e uma) pessoas, de acordo com o boletim diário do governo federal. No total, desde o começo da pandemia, o Brasil registrou mais de 604.679 (seiscentos e quatro mil e seiscentos e setenta e nove) óbitos confirmados e registrados no sistema até agora. A pandemia ainda está presente hoje, mesmo com mais de 50% (cinquenta por cento) da população brasileira vacinada com duas doses ou dose única dos imunizantes disponíveis no país, segundo o site oficial do governo.

Nesse sentido, voltar ao passado recente com o intuito de refletir sobre um processo extremamente nebuloso não é fácil, porém, me sinto apto a registrar essas questões no presente ensaio. O IFRN, até pouco tempo, passava por um processo nebuloso e antidemocrático, mas, hoje, na primavera, aflora com uma gestão escolhida democraticamente pela comunidade acadêmica. Espero que em breve, assim como o IFRN, as cicatrizes do período pandêmico fiquem na tonalidade da minha pele e, ao olhá-las, saberei que elas existem e fizeram parte de um passado difícil, porém, superado.

Nesse sentido, na busca por apresentar essas reflexões, dividi o ensaio em 4 (quatro) tópicos, além da introdução, a saber: (1) Os antecedentes da COVID-19: principais aspectos do ingresso e permanência no curso de doutoramento do IFRN; (2) da paralisação do calendário acadêmico ao ensino remoto emergencial: a gestão *pro tempore* no IFRN como fator delimitante; (3) o ensino remoto emergencial no PPGEP: desafios e possibilidades e (4) considerações finais.

OS ANTECEDENTES DA COVID-19: Principais aspectos do ingresso e permanência no curso de doutoramento do IFRN

Decidi iniciar as discussões do ensaio comentando um pouco sobre o cenário que antecedeu a minha entrada no curso de doutoramento. Em agosto de 2017, defendi o meu texto de dissertação de mestrado, também vinculado ao PPGEP. Após esse processo, e com a abertura do curso de doutorado pelo PPGEP/IFRN, ingressei na primeira turma do curso, na linha de pesquisa Formação Docente e Práticas Pedagógicas na Educação Profissional, sob orientação da professora doutora Ana Lúcia Sarmiento Henrique, a mesma orientadora do mestrado.

Em paralelo ao processo de ingresso no doutorado, estava desempenhando as minhas atividades de docência na Escola Estadual Professor Eliah Maia do Rêgo, em Parnamirim. No ano letivo de 2019, ensinava a disciplina Biologia no ensino médio, no turno vespertino. Além disso, complementava a carga horária na mesma escola, no turno noturno, nas turmas da

Educação de Jovens e Adultos (EJA), contribuindo para a formação dos trabalhadores e das trabalhadoras da cidade.

A carga horária de trabalho na escola comprometeu, inicialmente, a minha frequência nas disciplinas obrigatórias e optativas do doutorado, bem como nos seminários e grupos de pesquisa, tendo em vista que o PPGEP exige disponibilidade no turno diurno (IFRN, 2018), o que dificultou - e continua difícil -, na minha compreensão, o trabalho dos professores/estudantes que não conseguem afastamento/licença dos seus respectivos postos de trabalho.

Após muito diálogo com os gestores da instituição de ensino à qual estava vinculado, consegui a liberação, por parte da escola, para prosseguir com o pedido de licença capacitação junto à Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC). A licença para cursar o doutoramento foi publicada pelo Governo do Estado, por meio do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DOE), em 04 de janeiro de 2020. Naquele momento, a expectativa após a publicação da licença era de intenso e profundo processo de construção coletiva da tese e de cursar todas as disciplinas, estágio de docência e as demais obrigações do currículo do curso.

Destaco que, até a publicação da licença capacitação, havia cursado apenas 2 (duas) disciplinas, 1 (uma) obrigatória (Formação Docente para a Educação Profissional) e 1 (uma) optativa (Seminário Temático III). Os horários destinados à docência na Escola Estadual Professor Eliah Maia do Rêgo comprometeram o desenvolvimento inicial do curso de doutoramento no IFRN, tendo em vista que, em 2020, após publicação da licença capacitação, precisei cursar 2 (duas) disciplinas obrigatórias, somadas a mais 2 (duas) optativas, bem como estágio curricular obrigatório e os seminários de pesquisa, de forma remota e emergencial, devido à pandemia.

Nesse sentido, optei por iniciar o texto destacando o processo delicado entre o trabalho numa escola de ensino médio, ou seja, cumprindo minhas funções enquanto profissional da educação e do ensino, e as atividades no curso de doutorado. Na Figura 1, mostro um desses momentos de docência, de forma presencial, no ano de 2019, no turno vespertino da Escola Estadual Professor Eliah Maia do Rêgo.

Figura 1 - Registro fotográfico da docência na Escola Estadual Professor Eliah Maia do Rego no ano de 2019



Fonte: acervo pessoal do autor (2019).

Nesse processo, em que articulava o trabalho com os estudos em nível de doutorado, lembro do empenho da equipe técnica e pedagógica da escola em organizar a minha carga horária, mesmo sendo, de fato, impossível a conciliação com os horários de estudo, tendo em vista que a maioria das disciplinas e compromissos do PPGEP aconteciam no período vespertino, ou seja, no mesmo horário em que lecionava na Escola Estadual Professor Eliah Maia do Rêgo, em Parnamirim, cidade vizinha a Natal, onde está localizado o IFRN *Campus* Natal – Central. Os encontros no IFRN aconteciam de forma presencial no ano de 2019, como pode ser visualizado na Figura 2.

Figura 2 – Registro fotográfico da disciplina Seminário Temático III, ministrada pelo professor doutor Avelino Aldo de Lima Neto, no primeiro semestre de 2019



Fonte: acervo pessoal do autor (2019).

Na disciplina ministrada pelo professor doutor Avelino Aldo de Lima Neto, discutíamos questões referentes a gênero, corpos e sexualidades na educação profissional. Na oportunidade, estávamos recebendo formação acerca dessas questões com o professor, também doutor, Jacques Gleyse da Université de Montpellier/França. Além do professor responsável pela disciplina, destaco no registro fotográfico outros professores do PPGEP, bem como estudantes de mestrado e doutorado e alunos especiais (de outras instituições de ensino).

Soma-se aos fatores subjetivos e pessoais do período de 2019 o cenário político, econômico e social que estávamos vivenciando. Naquele ano, diversos ataques foram perpetrados contra as instituições públicas de ensino superior, incluindo o IFRN. Lembro-me que o responsável pela pasta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) proferiu frases pejorativas a respeito das instituições de ensino e dos professores. Felizmente, em 02 de março de 2021, o senhor Abraham Weintraub (ministro da pasta em 2019) foi condenado a pagar R\$40.000,00

(quarenta mil reais) de danos morais coletivos por chamar os professores de ‘doutrinadores’, ‘zebras gordas’ e ‘preguiçosos’.

As inúmeras ofensas proferidas pelo senhor Abraham Weintraub eram uma resposta aos movimentos estudantis e educacionais organizados por estudantes, professores e pela sociedade civil em geral, como pode ser observado na Figura 3. Na época, lutava-se contra os cortes de gastos na educação e na ciência brasileira. Nesse contexto, as respostas do então ministro, incapaz de dialogar com os estudantes e professores, foram de total despreparo e falta de respeito.

Figura 3 – Registro fotográfico de uma manifestação que ocorreu em 15 de maio de 2019 na Avenida Senador Salgado Filho, nas proximidades do IFRN Campus Natal Central



Fonte: acervo pessoal do autor (2019).

Os movimentos de luta eram presenciais, em contato com o outro, tendo como foco a nossa posição (professores, estudantes e sociedade civil) contra os ataques proferidos pelo Presidente da República e o seu Ministro da Educação. Além disso, nos mostrávamos contrários aos cortes de gastos públicos para o desenvolvimento da educação e da pesquisa, o que implicava diretamente no meu (e no nosso) progresso profissional e acadêmico.

Como pode ser percebido, os momentos de ingresso e permanência no doutorado em educação profissional do PPGEP foram bastantes desafiadores, tendo em vista que precisei estudar e trabalhar. Além disso, o cenário político, econômico e social não era dos mais favoráveis, uma vez que cortes orçamentários estavam acontecendo na educação superior. Apesar disso, a presencialidade e o contato direto com o outro eram motivos suficientemente potencializadores para a minha existência, o que foi comprometido diretamente após os primeiros casos de COVID-19 confirmados no Brasil, no primeiro trimestre de 2020.

DA PARALISAÇÃO DO CALENDÁRIO ACADÊMICO AO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Como apontei na seção anterior, o primeiro ano de doutorado no IFRN foi desafiador, tendo em vista que tinha que conciliar trabalho e estudo. Destaquei que cursei poucas disciplinas, mediante os compromissos de trabalho em 2019. Mesmo com esse fator limitante, pude aprofundar o olhar no que diz respeito ao método histórico-dialético, base teórico-metodológica da minha pesquisa de doutorado, cujo objeto de estudo são os saberes docentes necessários ao ensino de ciências da natureza e suas tecnologias na educação profissional técnica de nível médio (EPTNM).

Nos primeiros 2 (dois) meses de 2020, as expectativas para o ano eram enormes, posto que esperava cursar as disciplinas obrigatórias, o estágio curricular e caminhar na escrita e acompanhamento (por parte da orientadora) da tese no primeiro semestre letivo do ano. Entretanto, após as notificações dos primeiros casos de COVID-19 no país, o governo do estado do Rio Grande do Norte publicou o Decreto nº 29.512/2020. Como consequência, o IFRN paralisou o calendário acadêmico do ano de 2020, cancelando todas as aulas presenciais.

Cumpra salientar que a organização da pós-graduação é diferente das outras ofertas de ensino do IFRN. O PPGEP segue o calendário e as orientações do *Campus* Natal - Central, pois está sediado nessa unidade de ensino, entretanto, os estudantes estão condicionados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas do Nível Superior (Capes). Esse órgão, vinculado ao MEC, normaliza e monitora os cursos de mestrado e doutorado do país (IFRN, 2018).

Nós, estudantes do curso de doutorado, fomos inseridos no sistema da Capes no mês de abril de 2020, o que estava em consonância com o início das primeiras aulas das disciplinas que estávamos matriculados. Entretanto, por força da pandemia, o ano letivo sequer começou no PPGEP. O IFRN, enquanto instituição, já havia começado suas aulas no EM e nos cursos superiores, mas se viu obrigado a recorrer ao cancelamento das atividades e a paralisação do calendário acadêmico no mês de março de 2020, exceto para o *Campus* Avançado Natal - Zona Leste, que sempre ofertou a Educação a Distância (EaD).

Cerca de 1 (um) mês após o cancelamento das atividades presenciais no IFRN, o ministro da educação, Abraham Weintraub, designou, através da Portaria nº 405, de 17 de abril de 2020, o professor Josué de Oliveira Moreira para exercer o cargo de Reitor *pro tempore* do IFRN. Na minha compreensão, a Portaria nº 405/2020 é inconstitucional, tendo em vista que o art. 206 da Constituição da República Federativa do Brasil, publicada em 1988, garante que as instituições de ensino apresentem gestão democrática do ensino público. Além disso, a portaria desconsiderou a deliberação do Conselho Superior (Consup) do IFRN no que tange à vitória do professor José Arnóbio de Araújo Filho, com 48% dos votos válidos no pleito de 2019.

Ainda no mês de abril de 2020, concorri no processo seletivo, regido pelo Edital nº 01/2020 do PPGEP/IFRN, referente à bolsa de pesquisa técnica-acadêmica e científica, vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) do IFRN. A bolsa foi importante, pois comecei a desenvolver minhas atividades de suporte técnico na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT), sob orientação das professoras Olívia Moraes de Medeiros Neta e Ana Lúcia Sarmiento Henrique. O meu fazer estava, naquele momento, centrado na diagramação dos textos submetidos pelos autores com vistas à publicação nos números do periódico. Posteriormente, passei a auxiliar em todo o processo de editoração, enquanto bolsista de doutorado da Capes.

Em paralelo ao trabalho desenvolvido na RBEPT, escrevi artigos científicos, participei de eventos online e de cursos formativos. Apesar disso, a inquietação era enorme, tendo em vista

que estava com o calendário acadêmico paralisado e totalmente distante dos familiares, devido ao processo de distanciamento social. Em contrapartida, observava colegas, familiares e vizinhos vivendo de forma normal, como se não existisse pandemia e isolamento social. Essa foi uma condição de muitas inquietações, o que me distanciou de determinados grupos de pessoas, pois não concordava com essa postura.

Ainda que desempenhasse minhas atividades na RBEPT, não estava cursando o doutorado, tendo em vista que o calendário acadêmico do IFRN continuava suspenso. Eram muitos desafios institucionais, uma vez que muitos dos estudantes não apresentavam ferramentas tecnológicas para o ingresso em um possível ensino remoto emergencial. Além disso, havia um claro descompasso entre a gestão temporária e o Consup na forma de conduzir o processo pedagógico da instituição. Nesse período, nós, estudantes, estávamos sem aulas e com nossos processos formativos comprometidos.

Vale destacar que não estou defendendo que o ensino remoto emergencial se torne instrumento permanente na educação escolar, seja na educação básica ou na educação superior. O meu ponto de vista está centrado na emergencialidade decorrente da pandemia da COVID-19, que impossibilitou o ensino presencial, tendo em vista que no

[...] ensino remoto emergencial, o processo de ensino-aprendizagem é exclusivamente mediado pela tecnologia. Essa estratégia de modalidade de ensino a distância que, em nossa avaliação, provoca um rebaixamento da qualidade de ensino, é considerada pelo capital como uma forma de reduzir custos, certificar em larga escala e esvaziar o sentido pleno do processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo uma perspectiva educacional de adaptação à ordem e ao estabelecido que se encontra e fortalece a perspectiva anticiência da extrema direita em ascensão (FARAGE; COSTA; SILVA, 2021, p. 228).

Tenho consciência crítica e reflexiva sobre os interesses do capital no que tange ao ensino remoto, entretanto, no momento pandêmico, a educação escolar, de forma remota e emergencial, era um dos poucos instrumentos de sociabilidade e desenvolvimento pessoal e acadêmico para estudantes de todo o mundo. Apesar disso, o descaso público e político com a educação foi desnudado no processo pandêmico, haja vista que as instituições de ensino, inclusive o IFRN, não estavam preparadas para ofertar condições mínimas de acesso e permanência dos estudantes nessa oferta de ensino, o que vai de encontro ao pensamento superficial dos liberais e conservadores que acreditam que se gasta muito com educação no Brasil.

Ainda cumpre destacar que a minha realidade era um pouco diferente da maioria dos estudantes brasileiros, já que morava em um apartamento com espaços adequados para realizar minhas atividades de estudo e não tinha filhos ou alguém que dependesse dos meus cuidados. O meu contexto era — e continua sendo — de estudos e compromissos com a minha formação e carreira. A minha moradia, apesar de alugada, servia como um espaço planejado para estudos e escrita. Essa sobreposição entre espaço doméstico e ocupacional não surgiu, para mim, na pandemia, tendo em vista que, desde a graduação, faço dos espaços por que passei lugares de trabalho e estudo, dado que a produção acadêmica exige tempo e silêncio.

Entre a paralisação das atividades acadêmicas e a retomada do ensino remoto emergencial, vivenciei momentos de muitas dificuldades, visto que, apesar de dispor de um espaço propício para estudos, não era fácil manter a concentração. Destaco que era difícil assistir às informações dos jornais, saber o que estava acontecendo no IFRN e ainda conseguir trabalhar

com as emoções e o desequilíbrio do confinamento. Mesmo com todas essas adversidades, continuei as leituras e a escrita da tese, mesmo que de forma lenta. Além disso, pude consultar os estudos de Vázquez (2011), Marx e Engels (2019), dentre outros estudiosos críticos e revolucionários.

Após muitas discussões e desentendimentos entre a comunidade escolar, o Consup e a equipe gestora temporária, o IFRN retomou as aulas de forma remota e emergencial em 05 de outubro de 2020. Sendo assim, a instituição, que oferta educação básica e superior, ficou com o calendário paralisado de março a outubro de 2020, sem aulas de qualquer tipo, o que representou perdas irreparáveis para os estudantes de forma geral e para mim, de forma específica.

Da portaria que paralisou o calendário acadêmico no IFRN à implementação do ensino remoto emergencial, foram 6 (seis) meses e 19 (dezenove) dias corridos sem atividades oficiais na instituição, o que representa 140 (cento e quarenta) dias letivos (feriados inclusos). Não sabíamos o tempo que a pandemia iria durar, era (e continua sendo) tudo muito incerto, o que também implica em todos os meses parados. Se tivéssemos como projetar que a pandemia iria durar tanto tempo, acredito que a instituição (professores, estudantes e pais e responsáveis) poderia pensar e projetar melhor a retomada das aulas de forma remota e emergencial.

Esse foi, sem dúvidas, um fator agravante, entretanto, somou-se a isso ao fato de o IFRN vivenciar, no mesmo período, um processo de gestão turbulenta. Os diálogos institucionais nos espaços democráticos para tal finalidade ficaram muito comprometidos. O clima de incerteza, dúvidas e ansios era notório naquele momento. Qualquer estudante que ingressasse em uma reunião do Consup (de forma remota) poderia visualizar o clima tenso, conflituoso e, por vezes, antidemocrático entre os agentes do órgão. O reitor temporário desejava que o IFRN voltasse à presencialidade, enquanto os membros do Conselho se mostravam contrários. O ensino remoto e emergencial só se tornou realidade, na minha compreensão e análise, por consequência do trabalho dos conselheiros, professores e equipe técnica do IFRN, e não pelo reitor daquele momento.

No caso do PPGEP, o calendário foi retomado também de forma remota e emergencial, com as disciplinas, os seminários de pesquisa e todas as reuniões acontecendo na plataforma *Google Meet*. O Colegiado do PPGEP orientou que todas as atividades fossem desenvolvidas nas plataformas do *Google*, o que engloba o *Google Sala de Aula*. No semestre letivo de 2020.1 (que se iniciou em outubro de 2020), cursei as disciplinas Ciência e Produção do Conhecimento (45 aulas) e Sociedade, Trabalho e Educação (45 aulas), além do Seminário de Pesquisa III (45 aulas) e o Estágio de Docência (60 aulas).

O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NO PPGEP: desafios e possibilidades

O ensino remoto emergencial, no PPGEP, seguiu a forma síncrona (sintonizada com professores e estudantes através do *Google Meet*) e assíncrona (sem a presença remota dos docentes). Conforme deliberado em reunião do Colegiado do PPGEP, o tempo destinado para os momentos síncronos era de 50% (cinquenta por cento) do tempo total da disciplina.

No caso da disciplina Ciência e Produção do Conhecimento, por exemplo, os encontros aconteciam nas quintas-feiras, das 9h da manhã às 10h30min. Geralmente, esse horário era extrapolado, mas não comprometia a aprendizagem dos mestrandos e doutorandos. É preciso salientar que as disciplinas obrigatórias do PPGEP, como Ciência e Produção do Conhecimento e Sociedade, Trabalho e Educação, não recebem estudantes com matrículas especiais.

Na disciplina de Ciência e Produção do Conhecimento, ofertada pela professora Lenina Lopes e o professor Márcio Azevedo em 2020.1, os estudantes de mestrado e doutorado produziram seminários sobre a investigação científica e os seus métodos, bem como os principais pressupostos da abordagem sociofilosófica. No componente curricular Sociedade, Trabalho e Educação, discutimos, do ponto de vista materialista histórico e dialético, acerca do trabalho, da sociedade e da educação. São disciplinas amplas e basilares para a formação humana e profissional dos estudantes de mestrado e doutorado. Além disso, contribuem como referencial teórico-metodológico para as pesquisas em desenvolvimento por parte dos estudantes.

Destaco que já havia cursado essas disciplinas no mestrado, porém, por conta de uma norma do Regimento Interno do PPGEP, precisei cursá-las novamente. Percebi que pouca coisa mudou desde 2015, apesar dos esforços dos professores em atualizar esses componentes. Chamo a atenção para a disciplina Sociedade, Trabalho e Educação, sob uma ótica subjetiva, no que diz respeito aos estudos de Marx e Engels (2019), base da disciplina. Acredito que, ao cursar novamente esse componente curricular, pude desenvolver um novo olhar (mais aprofundado) com relação à visão marxiana acerca do trabalho, da sociedade e da educação, o que implicou na escrita da minha tese.

Uma das atividades que destaco nessa disciplina foi o seminário produzido pelos estudantes de doutorado. Naquele momento, discutimos acerca do materialismo histórico-dialético, o que foi extremamente positivo para aprofundar o olhar na abordagem marxiana. Além disso, os professores da disciplina planejaram atividades com convidados especiais. Foram muitos encontros com participações de professores e professoras do Brasil, não apenas na disciplina de Sociedade, Trabalho e Educação, mas em todas as disciplinas do PPGEP que foram ofertadas no ensino remoto e emergencial, como pode ser observado na Figura 4.

Figura 4 - Cartaz de convite para aula inaugural de abertura do semestre 2020.1 com a presença do professor doutor Nelson Amaral



Fonte: acervo pessoal do autor (2020).

No semestre de 2020.1, ainda vivenciei uma das experienciais mais desafiadoras do ensino remoto emergencial: o estágio de docência. Apresentarei um pouco das principais reflexões sobre esse momento que estão no meu relatório. O objetivo do texto foi refletir acerca das atividades de estágio de docência desenvolvidas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em cursos de licenciatura, e no grupo de pesquisa EJA-EPT, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Educação (NUPED) do IFRN.

Optei por realizar o estágio em uma disciplina da educação superior (UFRN) e no grupo de pesquisa EJA-EPT (IFRN). Sendo assim, as minhas atividades de estágio do curso de doutorado estiveram centradas no ensino e na pesquisa, em 2 (duas) instituições ligadas à rede federal de educação. Na UFRN, fui supervisionado pela docente permanente do PPGE, a professora Dr^a Olívia Moraes de Medeiros Neta, e, no IFRN, pela minha orientadora, a professora Dr^a Ana Lúcia Sarmiento Henrique.

Na UFRN, atuei na disciplina Fundamentos Sociofilosóficos da Educação (60h), que foi ofertada no semestre letivo 2020.6 da UFRN pelas professoras Dr^a Olívia Moraes de Medeiros Neta e Dr^a Marta Maria de Araújo. Além dessas professoras, compartilhei a disciplina com a estagiária Marcellly Kathleen Pereira Lucas (PPGE - UFRN). O objetivo do componente curricular era analisar a relação entre educação e sociedade numa perspectiva histórica, abordando as principais concepções teóricas e problematizando a política educacional brasileira nas últimas décadas, em consonância com o que estava cursando na disciplina Trabalho, Sociedade e Educação, no IFRN.

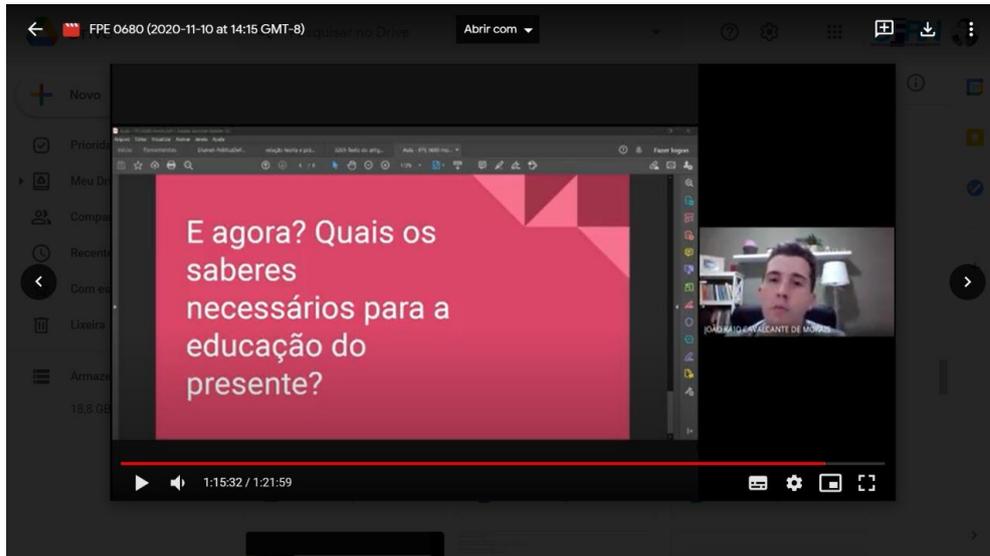
A disciplina Fundamentos Sociofilosóficos da Educação foi ofertada inicialmente para licenciandos do 1º período de Geografia da UFRN, mas observei que, no decorrer do estágio, estudantes de outras licenciaturas também cursaram-na, dentre eles, futuros professores de Educação Física, Física e Matemática. A disciplina foi concluída em dezembro de 2020, após alguns encontros síncronos que aconteceram semanalmente às terças-feiras, das 19:00 às 20:25.

No plano de estágio de docência, planejado entre a professora orientadora, supervisora e o doutorando, a disciplina apresentava outra nomenclatura, bem como processos avaliativos distintos. Era esperado, dos estudantes, a produção de um artigo científico, o que foi impossibilitado devido à pandemia e consequente ensino remoto emergencial.

O meu planejamento inicial precisou ser ajustado, haja vista que a disciplina apresentava as 3 (três) dimensões formativas essenciais do ensino superior, ou seja, ensino, pesquisa e extensão. Por decorrência da pandemia de COVID-19, a disciplina ficou centrada na dimensão do ensino, sendo dividida em 3 (três) unidades. Na primeira, as professoras, estagiários e estudantes discutiram a respeito da filosofia e da formação docente. Em seguida, na Unidade II, foram discutidas as bases da pedagogia tradicional e pedagogia nova, bem como as concepções pedagógicas que influenciaram a formação dos brasileiros no contexto histórico do século XIX e XX. Por fim, na Unidade III, o programa da disciplina centrou-se nas discussões sociológicas contemporâneas envolvendo a educação. Destaco que a minha participação na disciplina se deu a partir da Unidade II.

Não houve nenhum encontro presencial de planejamento, todas as atividades foram desenvolvidas pelas professoras e estagiários de forma remota, utilizando o e-mail pessoal e o aplicativo de comunicação instantânea *Whatsapp*. O contato com os estudantes se deu apenas na plataforma do *Google Meet*, às terças-feiras, como pode ser visualizado na Figura 5, e a minha participação nos momentos assíncronos foi inexistente, pois não fui inserido na plataforma da UFRN. Esse fator foi um ponto de carência no meu estágio, tendo em vista que não tive como realizar o processo de avaliação dos licenciandos.

Figura 5 - Registro da gravação da aula sobre os 7 (sete) saberes necessários à educação do futuro



Fonte: acervo pessoal do autor (2020).

A disciplina foi concluída com a entrega de portfólios *online*, mas não tive acesso às produções dos estudantes. Considero que a vivência no ensino superior em uma universidade federal, tendo contribuído para a formação de futuros professores, foi extremamente positiva e desafiadora. Nesse contexto, as plataformas de serviço utilizadas para planejar e desenvolver as aulas foram satisfatórias, apesar do fator limitante dos processos avaliativos.

A pandemia de COVID-19 foi um assunto recorrente em nossas discussões, mesmo não estando no plano da disciplina. Os desafios da educação naquele momento pandêmico, e posteriormente a ele, estiveram presentes nas nossas análises e reflexões. Esses estudantes, futuros professores, brevemente serão inseridos em escolas públicas, na educação básica, e se depararão com uma realidade diferente daquela que eles viveram enquanto alunos do ensino médio, posto que a pandemia vem modificando a nossa forma de viver e de existir, o que também implica na educação escolar e na formação das novas gerações.

O ensino remoto emergencial, devido ao momento pandêmico, certamente modificou a minha forma de olhar a educação escolar e a formação dos estudantes, posto que passei a valorizar o contato presencial e a participação dos alunos na escola, ou seja, no ambiente onde devem acontecer os processos de ensino e aprendizagem. Não estou, com isso, querendo sinalizar que se aprende apenas na escola, mas ressaltar que ela é o espaço ideal e necessário para que isso aconteça.

Além das disciplinas e do estágio, ainda produzi artigos científicos, trabalhei na RBEPT e escrevi um capítulo da tese para apresentação no Seminário de Pesquisa III. O texto foi apresentado no dia 18 de dezembro de 2020, tendo como avaliadora a doutora Lenina Lopes. Considero que as contribuições e o trabalho da professora desembocaram em reflexões no que diz respeito à continuidade da pesquisa, pois cheguei a acreditar que não fosse conseguir produzir o texto para apresentar no Seminário de Pesquisa III. Entretanto, ingressei no semestre letivo 2020.2 totalmente focado na tese.

No semestre letivo de 2020.2, cursei uma disciplina chamada Seminário de Pesquisa IV: questões contemporâneas em educação profissional. Nesse momento, discutimos sobre alguns pontos e contrapontos acerca da educação profissional, no que tange às 3 (três) linhas de pesquisa

do programa, ou seja, política, formação e história. Foram momentos ricos de aprendizagem, entretanto, dispersos, posto que as aulas aconteciam através do canal do PPGEP no *Youtube*, tendo sido perdido um pouco do sentido da disciplina enquanto lócus de aprendizagem e de acompanhamento. Na minha concepção, os encontros ficaram um pouco distantes dos estudantes, pois não podíamos participar de forma efetiva das palestras dos professores convidados, tendo em vista que estávamos limitados aos 140 (cento e quarenta) caracteres disponíveis no *chat* do *Youtube*.

O semestre de 2020.2 se resumiu a essa disciplina e aos seminários de pesquisa. Apresentei um novo capítulo da tese, desta vez falando sobre o ensino de ciências da natureza e suas tecnologias para a EPTNM, com a leitura do professor José Mateus do Nascimento, também professor titular do PPGEP. A apresentação aconteceu em 16 de abril de 2021 de forma online, numa sexta-feira, 9:00. Um ponto positivo desses encontros eram que eles ficam gravados e armazenados na nuvem, sendo possível visualizá-los novamente quantas vezes fosse preciso. Isso ajudou nas futuras correções do texto.

Nesse contexto, após amplo processo jurídico e de apelo social, o reitor eleito democraticamente assumiu o cargo em 5 de fevereiro de 2021. Além do reitor, foram empossados os pró-reitores e os gestores dos *campi* do IFRN. Esse momento marcou o fim do período de temporário do reitor empossado pelo governo do presidente Bolsonaro, mas não das consequências da gestão anterior.

Após o ano letivo de 2020, consegui concluir todas as disciplinas obrigatórias do programa, bem como o estágio docente e a produção acadêmica necessária, tendo em vista que o PPGEP exige publicação de artigos e/ou textos acadêmicos em periódicos e/ou eventos científicos com anais. Entretanto, faltava uma proficiência em língua estrangeira, pois já havia conseguido a proficiência leitora em língua espanhola, mas o PPGEP requer do doutorando 2 (duas). No meu caso, estava lutando para conseguir a segunda, em língua inglesa, o que veio a acontecer no primeiro semestre de 2021.

No momento de escrita do presente texto, ainda estou no ensino remoto emergencial e, felizmente, apenas focado na escrita da tese. No dia 06 de outubro de 2021, ou seja, no final do semestre letivo 2021.1, apresentei parcialmente o último capítulo da tese. A professora avaliadora foi a doutora Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva, do Instituto Federal Catarinense (IFC). Após o processo avaliativo, estou realizando as correções e escrevendo o término do último capítulo, com vistas à qualificação (que no PPGEP é obrigatória), com previsão para acontecer em 18 de fevereiro de 2022, no semestre letivo 2021.2.

De acordo com a Resolução 50/2021 do CONSUP/IFRN, publicada em 13 de outubro de 2021 e que aprova e disciplina a organização do trabalho dos servidores e estagiários em decorrência da pandemia de COVID-19 e do retorno gradual e seguro das atividades presenciais no âmbito do IFRN, as aulas presenciais na instituição podem retornar à presencialidade já no semestre letivo atual, desde que a situação sanitária permita (IFRN, 2021). Logo, a expectativa é que a qualificação e a defesa da tese de doutoramento aconteçam de forma presencial.

A possível qualificação e defesa presencial me reaviva as esperanças de concluir o doutorado de forma presencial, como iniciei. Sei que foram muitos os desafios, desde o processo de cancelamento do calendário acadêmico no primeiro trimestre de 2020 a sua retomada no último trimestre do mesmo ano. O processo de ficar sem aulas oficiais foi muito difícil e incerto, sobretudo pelo fato de se somar ao movimento de isolamento e distanciamento físico. Após a retomada do calendário, o ensino remoto e emergencial trouxe contribuições para a minha tese, tendo em vista que pude acompanhar diversas *lives* de professores que são referência na área, nacionalmente e internacionalmente, o que seria difícil de se realizar na presencialidade.

O balanço da paralisação do ensino presencial e posterior retomada com o ensino remoto e emergencial foi de muitas incertezas, dúvidas e anseios. Foram momentos de muita solidão e desenvolvimento de um trabalho diferente da presencialidade. As pessoas, no remoto, dialogam menos, são mais objetivas e as relações pessoais são extremamente afetadas. No meu caso específico, não desenvolvi amizades com de forma holística com as pessoas das 4 (quatro) turmas com ingresso em 2020/2021 (mestrado e doutorado), posto que os momentos de contato se resumiram as obrigatoriedades das disciplinas e dos seminários de pesquisa. Obviamente, isso não se aplica às pessoas que eu conhecia antes do período pandêmico e que porventura ingressaram no mestrado ou no doutorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões teórico-práticas desenvolvidas no presente ensaio acadêmico foram importantes para mim, tendo em vista que pude resgatar um pouco das memórias que busquei apagar no decorrer dos últimos meses. A pandemia de COVID-19 assolou o mundo, trazendo inúmeras consequências nas mais variadas dimensões da vida, o que perpassa o ensino e a formação humana. Refletir em torno dessas questões é um movimento extremamente desafiador, tendo em vista que não foi fácil visualizar e vivenciar o que aconteceu no IFRN, seja pelas consequências da COVID-19 ou da gestão temporária.

Nesse sentido, reforço a minha defesa da democracia nas instituições de ensino e da livre escolha dos representantes por parte da comunidade escolar. Defendo a gestão democrática e a soberania do voto dos estudantes, professores, técnicos e funcionários e de todos que podem exercer o direito de escolher os seus representantes. A intervenção que o IFRN vivenciou representou muito do atraso da retomada do calendário escolar e do ensino remoto emergencial e excepcional, como apontei no decorrer do texto.

As consequências da pandemia de COVID-19 e do processo de intervenção - do governo federal - no IFRN são irreparáveis e incalculáveis, tendo em vista que ainda não conseguimos quantificar a aprendizagem dos estudantes. No meu caso, confesso que, inicialmente, pouco avancei nos estudos naquele momento de cancelamento do calendário escolar, tendo em vista o cenário de incertezas, inclusive de existir, posto que o vírus estava (e ainda está) presente. Como produzir um texto acadêmico sem saber se conseguirá sobreviver a um inimigo invisível e silencioso? Essas e outras inúmeras questões passaram pela minha cabeça.

Com a saída da gestão temporária e a retomada da gestão democrática - escolhida pela comunidade escolar - no IFRN, pudemos (professores, alunos, pais e comunidade escolar) respirar e retomar, de forma dialógica, o debate acerca da retomada e desenvolvimento das atividades remotas e, agora, presenciais. Esse movimento conferiu mais legitimidade e segurança institucional às tomadas de decisões pela gestão do IFRN. Acredito que o princípio de gestão democrática necessita ser ainda mais cobrado, não apenas no IFRN, mas em todas as instituições de ensino, sejam elas federais, estaduais ou municipais.

Além da questão da gestão democrática, é consensual entre os pesquisadores e educadores com visão crítica que mais investimentos sejam disponibilizados à educação escolar, o que engloba fomento para que os professores e professoras desenvolvam suas atividades e busquem formação continuada. A frase, tão propagada pelos liberais, 'o que aprendemos com a pandemia?' precisa ser usada pelos trabalhadores. Isto porque o momento pandêmico nos mostrou as fragilidades e crueldades do modo de produção capitalista, tendo em vista que, enquanto bilhões viviam em situação de instabilidade alimentar no mundo, poucos continuavam

a enriquecer, mesmo em período adverso, o que se choca com a defesa do neoliberalismo e da meritocracia, segundo a qual basta se ter mérito que se vence.

Acredito que a retomada das atividades e da vivência presencial precisa viabilizar movimentos nas mais diversas esferas, o que engloba a educação, no sentido de reivindicar e revolucionar esse modo de produção tão desigual em que estamos inseridos. De fato, o capitalismo, ao explorar e poluir a natureza, pode dar origem a novas pandemias.

REFERÊNCIAS

FARAGE, Eblin Joseph; COSTA, Arley José Silveira da; SILVA, Letícia Batista da. A educação superior em tempos de pandemia: a agudização do projeto do capital através do ensino remoto emergencial. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 226-257, abr. 2021.

IFRN. **Resolução 50/2021 - CONSUP/IFRN, de 13 de outubro de 2021**. Aprova e Disciplina a organização do trabalho dos servidores e estagiários em decorrência do Coronavírus (COVID-19) e o retorno gradual e seguro das atividades presenciais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Natal-RN: IFRN, 2021. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/covid-19/resolucao-no-40-2021-consup-ifrn/view>. Acesso em: 25 out. 2021.

IFRN. **Portaria nº 501/2020-RE/IFRN, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a suspensão das atividades presenciais acadêmicas e administrativas em todas as Unidades do IFRN, a partir do dia de sua publicação, por tempo indeterminado. Natal-RN: Reitoria do IFRN, 2020. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/campus/ipanguacu/publicacoes/portaria-no-501-2020-suspensao-das-atividades-no-ifrn>. Acesso em: 25 out. 2021.

IFRN. **Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional**. Natal: IFRN, 2018. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/ensino/ppgep/documentos/regimentos/regimento-mestrado-doutorado-2018>. Acesso em: 26 jan. 2021.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner**. Petrópolis: Vozes, 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 29.512, de 13 de Março de 2020**. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Executivo Estadual. Natal-RN: Palácio de Despachos de Lagoa Nova, 2020. Disponível em: http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20200314&id_doc=677161. Acesso em: 25 out. 2021.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

Submetido em: agosto de 2022

Aprovado em: outubro de 2022